



O DISCIPLINAMENTO DO ESPÍRITO: UMA ANÁLISE DOS RITOS DE INSTITUIÇÃO NO ROMANCE *O ATENEU*

Tiago Ribeiro Santos - FURB
Rita de Cássia Marchi - FURB

Resumo: Este trabalho analisa os ritos de instituição enquanto mecanismos disciplinares presentes em *O Ateneu*, romance publicado em 1888 pelo escritor brasileiro Raul Pompeia. O romance retrata um colégio interno da época. Compreende-se que a produção e a reprodução do ideal disciplinar no colégio se apóiam em cerimônias, ritos e solenidades inerentes a interesses educacionais e políticos amplamente compartilhados. Os eventos analisados são relativos aos “exames” pelos quais passam os internos, à divulgação das notas e dos comportamentos dos internos por meio do “livro das notas” e as cerimônias do “grêmio literário amor ao saber”. Conclui-se que os ritos de instituição no colégio acionam ideais disciplinares tão mais implícitos à medida que contam com o sentido solene que a magia dos ritos produz.

Palavras chaves: ritos de instituição; disciplina; romance

Introdução

Neste estudo, considera-se que os ritos de instituição que atuam no Ateneu fazem parte de um sistema orientado para instituir, preservar e reproduzir, em sentido amplo, o arbitrário cultural (BOURDIEU, 1982) que aquele colégio representa. No sentido mais restrito, compreende-se que os ritos de instituição estão relacionados ao ideal disciplinar compartilhado no colégio.¹ O objetivo deste artigo é, assim, analisar a “eficácia simbólica dos ritos de instituição” (BOURDIEU, 1982, p. 59) enquanto ritos que instituem a disciplina. Esta eficácia pode ser visível à medida que os ritos atuam por meio do reconhecimento que os agentes lhes conferem. Contando que neste artigo a disciplina é tomada no sentido de Foucault (2005), considera-se que o seu modo de atuação “implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos” (FOUCAULT, 2005, p. 117).

Para a leitura d’*O Ateneu*, tomou-se como base a leitura sociológica que Bourdieu (1996) realiza no prólogo de *As Regras da Arte*, tendo por objeto de estudo o romance *A Educação Sentimental*, de Gustave Flaubert. Por meio de uma leitura interna do romance, Bourdieu extrai elementos da estrutura social nele enunciada e torna inteligível a distribuição das propriedades específicas dos agentes nela situados. Deste modo, o autor procurou desvelar

as estratégias que os agentes acionam na luta pela conservação ou transformação de suas posições dentro do que ele chama de “campo do poder”.

Se os ritos de instituição promovem a disciplina consideramos, no entanto, também outras funções que lhes são próprias. Eles atuam como mecanismos orientados à produção da diferença, seja da honra ou da vergonha, podendo chegar ao nível do estigma (BOURDIEU, 1982). Estes resultados reforçam a ideia que os ritos cumprem funções sociais pautadas em princípios disciplinares e, por isso, também educacionais e políticos.

Falar de rito de instituição é indicar que todo o rito tende a consagrar ou a legitimar, ou seja, a fazer desconhecer enquanto arbitrário e reconhecer enquanto legítimo, natural, *um limite arbitrário*; ou, o que é equivalente, a operar solenemente, ou seja, de maneira lícita e extraordinária, uma transgressão dos limites constitutivos da ordem social e da ordem mental que se defende a todo custo – como a divisão entre os sexos que age nos rituais de casamento. (BOURDIEU, 1982, p. 58)

Os ritos que serão aqui analisados em relação à disciplina são práticas que supostamente correspondem ao “grande mundo lá fora”, além dos limites do Ateneu (para usar as palavras de Dr. Cláudio, um dos personagens do romance). Ou seja: leva-se em conta que os ritos não cumprem uma função exclusivamente escolar. Eles fazem parte do conjunto de valores que, iniciada sua transmissão na infância, podem ser transpostos à vida adulta. Portanto, poderá se observar nos ritos escolares praticados no Ateneu, não somente uma crescente ênfase no abandono de práticas infantis, mas também sinais que indicam a passagem da criança para o mundo adulto. Trata-se do abandono de práticas predominantemente lúdicas, isto é, vistas como brincadeiras e exercidas delicadamente em virtude da representação da “fragilidade infantil” e carregadas de um sentido afetivo. A trajetória escolar do menino Sérgio, protagonista do romance e interno que recebe maior enfoque na participação dos ritos analisados, será marcada por cerimônias que visam a produção de uma ‘representação de si’ respeitando princípios disciplinares. Portanto, as características tidas como frágeis no menino serão transformadas em robustas e os sinais que nele por ventura lembrem o universo feminino sofrerão também transformações de modo a se adequarem à representação do ideal masculino.

Daí que, ainda nas palavras de Dr. Cláudio, “não é o internato que faz a sociedade; o internato a reflete”. O internato procura produzir em seus internos um conjunto de valores que os adéquem a um sistema que é exterior a ele. O internato é a “instituição ideal do século XIX”, quer seja em “um liceu, um pequeno seminário, um colégio religioso ou uma escola

normal” (ARIEËS, 1981, p. 191), porque introduz a disciplina permanentemente. O internato prepara para a vida social e política e, por isso, procura inculcar ideais relativos à vida adulta, isto é, à vida que dá acesso às esferas de poder que orientam o mundo (a política, a ciência, a economia, a religião etc.) e que, por definição, são alheias ao universo infantil e, até aquela época, também ao universo feminino. Esta preparação, onde se incluem os ritos, portanto, procura apagar pouco a pouco, no corpo e na mente dos indivíduos, as marcas da infância, da loucura, da delinquência, da feminilidade etc., isto é, de tudo aquilo que não é aceito em espaços e postos de prestígio e, correlativamente, de poder.

A cerimônia dos exames: o “aparato enorme contra uma criança”

O itinerário de Sérgio no Ateneu (assim como o dos demais alunos do colégio) implica sobre sua posição uma excessiva série de exames. “O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza” (FOUCAULT, 2005, p. 154). Dito de outra forma, os exames do Ateneu se configuram por meio de técnicas que avaliam as disposições dos internos, isto é, suas suficiências e insuficiências em relação às expectativas do colégio. Estas práticas, como poderão ser vistas mais exemplarmente a seguir, estão orientadas à produção de qualificações a respeito dos internos, isto é, à produção de títulos, que entre valores mais ou menos positivos e negativos, determinam o estado de suas posições. Daí segue que o caráter avaliativo do exame, o que é próprio de sua função, regulariza as posições dos internos, variando desde a “aprovação com louvor” à “reprovação”.

Os exames se apresentam como ritos de instituição à medida que se apoiam em crenças socialmente compartilhadas que conferem aos exames a legitimidade de serem impostos. O primeiro exame de Sérgio acontece já no seu primeiro dia de aula. Mânlio, professor “de primeiras letras”, “desconfiando por sistema de todos os meninos”, é quem, na sala de aula, pronuncia o nome de Sérgio para que ele se levante e vá até a lousa:

De pé, vexadíssimo, senti brumar-se-me a vista, numa fumaça de vertigem. Adivinhei sobre mim o olhar visguento do Sanches, o olhar odioso e timorato do Cruz, os óculos azuis do Rebelo [...]. Cambaleei até à pedra. O professor interrogou-me; não sei se respondi. Apossou-se-me do espírito um pavor estranho. Acovardou-me o terror supremo das exhibições, imaginando em roda a ironia má de todos aqueles rostos desconhecidos. (POMPEIA, 1993, p. 42)

Esta ocasião em que Sérgio se encontra e que marca seu primeiro contato com as formas de exame do Ateneu, inscreve a especificidade de sua posição. Ele é ‘o novato’ e, com efeito, é o agente inclinado a perceber esta condição por meio das suas experiências no

colégio. A percepção da posição dele se deve, sobretudo, à tomada de consciência a respeito de disposições que não possui, tornando-o indigno ao exame. Na condição de novato, Sérgio ainda não tem incorporado esquemas de pensamento na forma de sentidos que o orientem no Ateneu, isto é, ainda não incorporou, na forma de um *habitus*, “sistema de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 1980, p. 81). A ausência dessas disposições, como uma gama de conhecimentos que produz competências que podem ser acionadas para orientar suas ações no jogo, não permite que Sérgio neste se oriente, ficando sujeito a tensões e constrangimentos relativos às situações em que estas disposições são exigidas. Esta ocasião institui, classifica e particulariza a sua condição de novato, tornando-a visível aos colegas de classe no Ateneu:

Amparei-me à tábua negra, para não cair; fugia-me o solo aos pés, com a noção do momento; envolveu-me a escuridão dos desmaios, vergonha eterna! liquidando-se a última energia... pela melhor das maneiras piores de liquidar-se uma energia. (POMPEIA, 1993, p. 42)

A execução de um exame que, sem cerimônias explícitas, pode ser realizado quando menos se espera, não é um ato desligado da rede de ritos estabelecidos no Ateneu. Esses exames espontâneos estabelecem um ponto de ligação com os demais exames cerimoniais e que têm data e local previamente demarcados, na medida que mantém uma “comparação perpétua de cada um com todos” (FOUCAULT, 2005, p. 155). Dito de outra forma, os exames tomam cada interno como um objeto a ser classificado e medido em relação aos seus pares de modo incessante. Os exames formais, dignos de cerimônias com comissões cada “qual mais poderosa e carrancuda”, permitem estabelecer que cada caso seja, especificamente, um caso. A individualização dos casos, como resultado, permite avaliar as propriedades dos internos e, se necessário, submetê-los novamente às rotinas de treinamento para alcançar os conhecimentos exigidos nos exames. Desse modo, na “estréia do primeiro exame” formal, com “a terrível campanha penetrante da abertura da solenidade”, eis a contundente impressão de Sérgio sobre esse rito escolar:

A estréia do primeiro exame foi de fazer febre [...] Que barbaridade aquela conspiração toda contra mim, contra um, de todos aqueles perfis rebarbativos, contínuos, o Matoso, o Neves Leão, as comissões, qual mais poderosa e carrancuda; o Conselho da Instrução no fundo, coisa desconhecida, mitológica, entrevista como as pinturas religiosas das abóbadas sombrias, onde as vozes da nave engrossam de ressonância, emprestando a força moral à justiça das comissões, com o prestígio da elevação e do inacessível; mais alto que tudo, o Ministro do império, o

Executivo, o Estado, a Ordem Social, **aparato enorme contra uma criança** (POMPEIA, 1993, p. 167). [grifo nosso]

Como artifício para qualificar os internos, os exames dependem de condições que legitimem as verdades em forma de vereditos que são capazes de produzir a aprovação e a reprovação dos internos. Neste caso, não é mais o Prof. Mânlio - o personagem usado para representar os exames informais - o único examinador. Integram-se ao corpo examinador, todos aqueles agentes capazes de produzir vereditos: o professor “Courroux da mesa de francês”; o Simas “da mesa de geografia”; o Meireles “da filosofia”; o Barros Andrade “da retórica”. O que se vê é um corpo de autoridades com competência para proferir determinações a respeito dos internos. Embora responsáveis por ministrar diferentes disciplinas, esses professores têm em comum a função de comparar os saberes produzidos, reproduzidos e regulamentados no Ateneu. Os internos são julgados a partir da capacidade de manipular esses saberes. Para tanto, Sérgio, como os outros internos, preenche “uma lista de nomes” onde se encontram aqueles que serão examinados “numa sala grande”:

Entre as vidraças e os lugares que eram destinados aos examinandos, ficava a mesa examinadora: à direita um velho calvo, baixinho, de alouradas cãs, rodeando a calva em franja de dragonas, barba da cor dos cabelos, reclinava-se ao espaldar da poltrona e lia um pequeno volume com o esforço dos míopes, esfregando as páginas ao rosto. À esquerda, um homem de trinta anos, barba rareada por toda a face, pálpebras inclusive, óculos escuros, cabelo seco, caracolando. A claridade, batendo pelas costas, denegria-lhe confusamente as feições. (POMPEIA, 1993, p. 168)

A produção do estado singular dos agentes na ocasião do exame é reforçada por meio da posição em que se situam em matéria de lugar. A disposição das cadeiras ordenadas em fila, que “individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (FOUCAULT, 2005, p. 125), insere Sérgio num ponto em que ele possa ser visto e classificado. O menino é alvo de olhares que vigiam os movimentos que possam burlar a posição individualizada que a disposição das mesas e cadeiras produz. Esta distribuição espacial da qual os alunos fazem parte, ao serem geometricamente arranjados em determinados pontos da sala, produzem sobre eles a necessidade de reconhecer os limites que imperam naquele espaço, estabelecendo fronteiras a respeito das ações consideradas possíveis.

As mesas que se encontram separadas no momento da prova escrita, com efeito, não individualizam fisicamente apenas corpos, individualizam também os interesses dos agentes submetidos em conjunto ao exame:

Três pancadinhas que senti no calcanhar, chamaram-me das distrações. Voltei-me: era o meu vizinho da mesa de trás, o queixo de ébano que pedia socorro. “Valha-me que estou perdido, não atino com a ordem direta!” O ruído desta frase balbuciada, sibilou bem forte para atrair a atenção da mesa. Atirei-lhe a oração principal, mas tive medo de acudir inteiramente. Além disso, precisava cuidar do próprio interesse. Deixei o pobre Cristo de marfim entregue ao desespero de uma lauda deserta. De vez em quando, o infeliz espetava-me as costas com a caneta. (POMPEIA, 1993, p. 168)

A correspondência de Sérgio ao próprio interesse corresponde também aos interesses dos examinadores. Neste caso, é preciso ressaltar: o que está em jogo não são interesses distintos. De outro modo estão em jogo os mesmos interesses, o que faz que o jogo funcione e que seja reconhecido mesmo por agentes em posições supostamente opostas (examinadores e examinados). Assim sendo, para Sérgio, deter seu interesse no Ateneu significa estar inscrito no sentido prático do jogo que se joga no colégio. É daí que as motivações, tanto de Sérgio quanto dos examinadores, agem de modo mais ou menos uníssono, preservando a estrutura das relações que, no caso do exame, estão orientadas para surtir o efeito de disciplinamento.

O livro das notas: “a mais terrível das instituições do Ateneu”

A produção da disciplina no Ateneu está relacionada a um sistema de ritos, isto é, a um sistema que institui valores inerentes aos ideais do colégio. Para tanto, o Ateneu dispõe de aparatos técnicos e objetivos que fazem parte destes ritos. Um deles é o “livro das notas”. O livro é um instrumento que, para exercer sua função institucional, depende do rito para ser socialmente reconhecido. Ou seja: o poder não está no objeto em si, mas nas relações que o produzem, a ponto de o tornarem “a mais terrível das instituições do Ateneu”. Dadas as crenças e as funções atribuídas aos atos do rito, o livro se inscreve como um dos elementos centrais na produção da realidade disciplinar do colégio:

Na véspera cada professor, na ordem do horário, deixava ali a observação relativa à diligência dos seus discípulos. Era o nosso jornalismo. Do livro aberto, como as sombras das caixas encantadas dos contos de maravilha, nascia, surgia, avultava, impunha-se a opinião do Ateneu. Rainha caprichosa e incerta, tiranizava essa opinião sem corretivo como os tribunais supremos (POMPEIA, 1993, p. 68)

Este livro, com “capa de couro”, lido “infalivelmente, perante o colégio em peso”, “todas as manhãs”, “às oito horas”, configura uma série de condições simbólicas que o tornam algo distinto e que, como resultado, produz distinção. Assim sendo, o livro se inscreve como

rito de instituição de diferenças, bem como de identidades, uma vez que os internos são alvos de classificação positiva ou negativa que varia ou preserva as posições por meio das notas alcançadas:

A instituição de uma identidade, que pode ser um título de nobreza ou um estigma (você é apenas um...), é a imposição de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é impor um direito de ser que é também um dever ser (ou de ser). É *significar* a alguém isto que ele é e conseqüentemente *significar* como ele tem que se comportar. O indicativo é neste caso um imperativo. (BOURDIEU, 1982, p. 60)

O livro, “um mistério”, com exceção para os “privilegiados, os vigilantes, os amigos do peito, os que dormiam à sombra de uma reputação habilmente arranjada por um justo conchavo de trabalho e cativante doçura”, é principalmente um meio de classificação dos internos. Ou seja, um meio que permite, consideradas as notas atribuídas aos internos, preservar, elevar ou degradar o capital simbólico destes. Com efeito, ao tornar públicas as notas dos internos, instala-se na rede de relações do Ateneu a forma desses agentes serem percebidos e apreciados sob todos os pontos de vista, uma vez que suas notas são publicamente conhecidas e reconhecidas:

E pior é que lavrava o contágio da convicção e surpreendia-se cada um consecutivamente de não haver reparado que era mesmo tão ordinário tal discípulo, tal colega, reforçando-se passivamente o conceito, até consumir-se a obra de vilipêndio quando, por último, o condenado, sem mais uma sugestão de revolta, achava aquilo justo e baixava a cabeça. A opinião é um adversário infernal que conta com a cumplicidade, enfim, da própria vítima. (POMPEIA, 1993, p. 68)

Esta “cumplicidade, enfim, da própria vítima”, resultado da imposição aceita com legitimidade, que produz inclusive o sentimento de culpa, sustentada pelos arbitrários do universo escolar, só pode ser exercida por intermédio do poder simbólico configurado no próprio ritual. O poder simbólico é um “poder invisível que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que o suportam ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1977, p. 405). É a partir da crença produzida sobre o evento forjado para a divulgação das notas que a norma se efetiva, sendo percebida como senso comum inerente à forma de conceber as atividades escolares. Deste modo, o livro de notas age produzindo uma representação da vida escolar ao conferir, no ato da instituição, as normas que se ajustam aos esquemas de pensamento e expectativas dos agentes que participam deste regime tipicamente

escolar. Como resultado, o livro das notas torna dispensável o exercício da força física e torna, assim, sua ação efetiva.

A divulgação das notas não produz “expressamente punições corporais”. Contudo, uma punição incorpórea, tal e qual a exercida por meio do livro das notas do Ateneu, não reduz a coercitividade que caracteriza a ação disciplinar, isto é, a característica de exercer um chamado à ordem que faz os internos perceberem as exigências que o colégio requer. Para isso, a “tarefa penal da escrita” se impõe àqueles agentes cujas notas não alcançam a expectativa do colégio, fazendo-os participar de um sistema punitivo que, além de evidenciar negativamente a posição de penalizados, procura orientá-los às atividades que o microcosmo escolar preserva:

Os vitimados fugiam, acobardados de vergonha, oprimidos sob o castigo incalculável de trezentas carinhas de ironia superior ou compaixão de ultraje. Passavam junto de Aristarco ao sair para a tarefa penal de escrita. O diretor, arrepiando uma das cóleras olímpicas que de um momento para outro sabia fabricar, descarregava com o livro às costas do condenado, agravante de injúria e escárnio à pena de difamação. O desgraçado sumia-se no corredor, cambaleando. (POMPEIA, 1993, p. 68)

Com efeito, a leitura pública do livro das notas, ao classificar o estado das posições de cada interno, correlativamente, também as desclassifica, colocando razoavelmente estas posições em um vai-e-vem de altos e baixos, de estados de segurança e de insegurança. Ou seja, um estado de espírito que variava a partir da leitura das notas do dia.² Embora já tivesse figurado no livro “com algumas notas de louvor”, Sérgio, por uma sucessão de notas más, também foi atingido pelos efeitos da coerção que a leitura do livro impunha:

No fundo do silêncio comum do refeitório, cavou-se um silêncio mais fundo, como um poço depois de um abismo. Senti-me devorado por este silêncio hiante. A congregação justiceira dos colegas voltou-se para mim, contra mim. Os vizinhos de lugar à mesa afastaram-se dos dois lados, para que eu melhor fosse visto. (POMPEIA, 1993, p. 69)

Deste modo, os efeitos do livro das notas dependem mais ou menos do reconhecimento tácito dos agentes dos princípios em que o livro se inscreve. Os colegas que se afastam de Sérgio, que teve suas notas anunciadas e sua posição desclassificada, ampliam o grau de visibilidade e notoriedade do ato da desclassificação. A posição de Sérgio no colégio é elucidada, assim, à luz do discurso que o livro das notas produz, servindo como dado visível do desempenho de suas atividades naquele espaço. Como uma flanela retirando o pó de uma

prataria, a percepção e a apreciação mais clara da condição em que Sérgio se encontra é extraída por meio da leitura do livro com dados a respeito de sua posição; isto é, do livro são extraídas considerações negativas ou positivas que têm como norte os valores vigentes no Ateneu. Além do mais, dada a regularidade com que o livro das notas se impõe, permite-se, assim, a constante vigília do estado de sua posição:

Dias depois da terrível nota, voltava eu a figurar com outra má, menos filosoficamente redigida, porém agravada de reincidência. Aristarco não perdoou mais. Houve ainda terceira, quarta, por diante. Cada uma delas doía-me intensamente; contudo não me indignavam. Aquele sofrimento eu o desejava, na humildade devota da minha disposição atual. (POMPEIA, 1993, p. 69)

É no exercício do rito para a divulgação das notas que este impõe, consagra e legitima no Ateneu a arbitrariedade dos julgamentos. Vistos como essência da avaliação das atividades realizadas no colégio, os modos solenes, lícitos e extraordinários de operação deste rito institucionalizam os deveres no colégio. Eles também obtêm a adesão dos agentes dado o desconhecimento desta arbitrariedade que é vista assim como legítima e natural. O arbitrário cultural, como enunciações e significações provenientes do corpo docente e que são, ao mesmo tempo, compartilhadas pelos internos, por estarem fundados na crença que lhe concede o direito de se impor, produzem o rol de imperativos instituídos no Ateneu. Assim sendo, o livro das notas, como meio de divulgação do arbitrário e, correlativamente, da disciplina enquanto regra arbitrária é o juízo produzido e configurado no colégio. E é também, por isso, autorizado a ser “a opinião do Ateneu”, uma vez que os valores atribuídos ao livro representam os ideais dos agentes que compõem o colégio.

O grêmio literário: a produção do “amor ao saber”

A estrutura das relações de força entre os agentes do Ateneu não precisa ser sempre vista como algo que funciona por meio da pressão e coerção cujos princípios são orientados pelo arbitrário que implica um *dever-ser* sobre os agentes naquele espaço escolar. Compreende-se que, se os interesses dos agentes estiverem ajustados às condições objetivas que o colégio fornece para sua realização, a motivação que aciona as ações independe relativamente de coações ou chamados à ordem. Esta condição de interesse aparentemente desinteressado pode ser observado no *Grêmio Literário Amor ao Saber*, espaço de devoção artística onde os internos adquirem, desenvolvem e aplicam conhecimentos literários, filosóficos, tornando-os públicos por meio de solenidades.

O direito de entrada no grêmio literário depende do reconhecimento tácito, por parte dos agentes, do que está em jogo. Dito de outra forma, é preciso que os agentes dispostos a ingressar no grêmio sejam capazes de apreender e compreender o que está em disputa naquele espaço associativo, isto é, debates eruditos que devem ser apreciados por meio de conhecimentos próprios a esses debates.

Como espaço relativamente autônomo, isto é, onde agem mecanismos que produzem as próprias necessidades exigidas, o grêmio literário se inscreve numa estrutura de atividades mais ou menos indiferentes às urgências exteriores. Dito de outra maneira, os agentes que participam do grêmio literário, com disposições em comum, entre elas, a de que vale a pena discutir o literário, aderem ao senso prático produzido e reproduzido estritamente no grêmio, onde esta necessidade é tornada virtude. Virtude na acepção de que os agentes situados no grêmio, ao terem incorporado os sentidos de estar no grêmio, aos olhos de quem de fora os vê, podem ser percebidos como detentores de propriedades extraordinárias. Contudo, extraordinárias à medida que são desconhecidas as condições de produção destas mesmas propriedades. Eis a narrativa de Sérgio em relação às suas impressões das reuniões do grêmio “Amor ao Saber”:

Às suas reuniões comparecia eu timidamente, para nada mais que simplesmente abusar, por excessivo consumo, de um direito dos estatutos: podiam os alunos, todos do Ateneu, em silêncio humilde, mariscar o que fossem deixando os segadores do trigal das literaturas. Assistente infalível, saía cheio com a retórica espigada, que ia espalmar, prensando no dicionário, conservas de espírito, relíquia inapreciável do Belo. A dificuldade que encontrava um estudante para forrar-se ao privilégio de gremista, fazia-me mais a fundo venerá-lo. (POMPEIA, 1993, p. 103)

As condições que colocam Sérgio numa posição tímida em relação ao grêmio podem ser pensadas a partir de seus direitos de entrada neste campo. Este agente que reconhece os obstáculos até a chegada à posição excepcional de gremista é aquele que ainda não adquiriu esses direitos. Contudo, o Ateneu dispõe de mecanismos de apropriação de bens simbólicos que mais ou menos garantem direito de entrada em espaços privilegiados do colégio. Entre eles, o meio mais elementar para o acesso ao universo literário: a biblioteca. Para Sérgio, a biblioteca era uma “recreação habitual” e também “a maior utilidade do Grêmio”:

Alguns rapazes, não do *Grêmio*, e que não houvessem, nas letras, manifestado gramaticalmente notável jeito para a conjugação sub-reptícia do verbo adquirir, podiam obter do presidente o direito de ingresso na sala dos

livros. Eu, como amigo que era das bonitas páginas impressas, apresentei candidatura. (POMPEIA, 1993, p. 106)

Entretanto, dada a configuração relativamente autônoma das atividades do grêmio literário é necessário considerar as arbitrariedades que regem os saberes que nele circulam. Os saberes literários, filosóficos, históricos, etc. instituídos e disseminados pelos gremistas, como resultado, mantêm disciplinada uma rede de saberes. Esta rede, constituída por uma ordem de saberes legítimos no interior do grêmio, é que determina uma série de arbítrios já convencionados a respeito dos saberes aceitos e não aceitos no grêmio. Com efeito, as disposições que inclinam Sérgio a apreciar Julio Verne, em oposição aos discursos filosóficos de Cícero - que é autor consagrado no grêmio- reduzem as possibilidades de Sérgio ser também um gremista, uma vez que seu gosto difere do arbitrário estabelecido. Assim sendo, obter o direito de entrada não significa deter quaisquer tipos de conhecimento. Em outro sentido, a obtenção do direito de entrada implica deter conhecimentos de ordem semelhantes aos instituídos no grêmio, aderindo aos saberes dominantes e, correlativamente, aos agentes já integrados àquele grêmio estudantil.

O grêmio literário *Amor ao Saber* está envolto na mesma atmosfera do Ateneu. Dito de outra forma: os integrantes do Ateneu estão em acordo quanto às atividades do grêmio, socialmente divididas, reconhecidas e respeitadas. Nesta condição, no grêmio literário, Aristarco, o diretor do colégio, se desloca do núcleo do poder e concede o posto ao Dr. Cláudio, “professor da casa, homem de capacidade” que “conduzia os trabalhos” do grêmio “com verdadeira perícia de automedonte”. Embora com capital simbólico de espécie diferente do de Aristarco, Dr. Cláudio é o agente cujas propriedades são homólogas às daquele. Contudo, seu capital é mais especificamente de ordem cultural. Seu amor não é devotado à disciplina, mas à Arte. Seu saber concerne ou diz respeito à literatura. Daí segue-se que os interesses de Dr. Cláudio, configurados no grêmio literário encontram sua forma de realização no próprio grêmio que é uma instituição subordinada aos interesses do Ateneu:

O Dr. Cláudio conduzia os trabalhos com verdadeira perícia de automedonte, esclarecia os imbróglis, forjava adjetivos de encômio que ia dando a cada um por sua vez e a todos os estimáveis consócios, propunha algumas teses e achava graça em outras. Nas sessões solenes pronunciava o discurso oficial. (POMPEIA, 1993, p. 105)

Se o poder disciplinar, de fato, não amarra as forças, mas, “procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo” (FOUCAULT, 2005, p. 143), é preciso considerar que

as atividades desenvolvidas no grêmio literário não se encerram nos limites de seus espaços. Essas atividades alimentam, assim, um circuito de ações para além dos seus limites. Daí que as atividades do grêmio se fundem às do Ateneu quando o colégio serve como instância consagradora das atividades originalmente produzidas no grêmio:

Os estatutos do *Grêmio* marcavam duas ocasiões de solenidades: as festas anuais de abertura e do encerramento dos trabalhos. Além destas, as sessões comemorativas que a casa resolvesse.

Para as festas literárias, levava-se ao pavilhão do recreio um grande estrado, três mesas que se alinhavam para a diretoria, sob um rico pano cor de vinho, de ramagens negras que lembravam tinteiros entornados de mau agouro, e uma tribuna familiarmente apelidada *caranguejola*. (POMPEIA, 1993, p. 109)

O reconhecimento, pelas solenidades, de um grupo nobre e distinto fortalece sua legitimidade. Além dos pais dos internos, do corpo docente, os representantes políticos que também presenciam as solenidades compõem partes que colaboram nesta legitimação. Como elemento do processo das solenidades, a entrega de prêmios estabelece relações de troca que supõem, da parte do grupo que detém o direito de premiar, a concessão do direito de alguém ser premiado. E da parte dos aspirantes ao prêmio, supõe-se o reconhecimento da validade que o prêmio confere àquele que for capaz de obtê-lo. O reconhecimento do prêmio certifica que o premiado corresponde, para além das exigências e expectativas do grupo que concede o prêmio, às seduções que o jogo e o mérito produzem. Ao tornar pública a premiação, as solenidades tornam visíveis, “por ordem de merecimento”, os casos exemplares, ou seja, aqueles dignos de serem respeitados e espelhados. Contudo, as solenidades de premiação fazem esquecer, supomos que devido à magia que o ritual produz, que os exemplares são mais precisamente as exceções, afinal, há sempre mais vencidos que vencedores:

A premiação foi, como devia ser, exuberante. Aristarco leu um relatório do movimento literário nos dois últimos anos. Lembrou o nome dos alunos de medalhas de ouro e prata, desde a fundação da casa, e convidou o secretário a evocar, por ordem de merecimento, os novos premiados. Extensa lista. A cada nome descia um aluno, branco de emoção, atrapalhando os passos; e transpunha a arena.

À esquerda do trono estava uma longa mesa, a que sentavam-se o Ex.^{mo} ministro do império e vários figurões da Instrução Pública. (POMPEIA, 1993, p. 192)

O sucesso dos discursos pronunciados nas solenidades do Ateneu depende de sua correspondência às expectativas sobre o que este discurso anuncia. Com efeito, estando os

agentes predispostos a concordar com o que é dito, o que torna o discurso dizível, a inculcação dos arbitrários ocorre sem resistências nas solenidades. Desse modo, Dr. Cláudio, ao acionar seu capital, exercendo o poder simbólico fundamentado por esse, encontra as condições reais de realização do seu discurso que é, também, uma forma de alimentar o próprio sentido das experiências escolares com a literatura:

Com a facilidade da sua elocução, fez o Dr. Cláudio a crítica geral da literatura brasileira: a galhofa de Gregório de Matos e Antônio José, a epopéia de Durão, o idílio da escola mineira, a unção de Sousa Caldas e S. Carlos, a influência de Magalhães, os ensaios do romance nacional, a glória de Gonçalves Dias e José de Alencar. (POMPEIA, 1993, p. 109)

Portanto, as solenidades regidas pelos agentes que participam do grêmio literário, sobretudo Dr. Cláudio, o professor que detém capital característico da posição de um apreciador das artes, dependem de condições para sua realização. Assim, considera-se que tais solenidades são produtos dos *habitus* dos agentes. Ou seja, *habitus* coletivo uma vez que são produzidos e ratificados no mesmo espaço em que os agentes se situam: o grêmio literário. É nas solenidades, configuradas como eventos razoavelmente raros, que o *habitus* é exteriorizado pelos agentes. A sua exteriorização, tendo como cenário a solenidade, é evidenciada ao colocar em ação a forma dos agentes perceberem e apreciarem artisticamente a arte. Como resultado, esta condição faz da solenidade um espaço que, ao estar relacionado à raridade dos instrumentos que produzem a solenidade (isto é, o saber relativo à literatura, história e filosofia), confirma os princípios disciplinares necessários para seu exercício.

As solenidades originadas no grêmio e pelo grêmio preservam os pressupostos da ordem no Ateneu. Contudo, a ordem que se anuncia nas propriedades dos agentes que participam do grêmio e também das solenidades, mantém veladas as condições de sua produção, o que potencializa o efeito de encantamento também produzido por sua raridade (peridiocidade). Assim, os gremistas adquirem, de maneira distinta, um *habitus* porque o *Amor ao Saber* fornece as condições de possibilidade da sua formação e reprodução no Ateneu.

Considerações finais

O sistema de ritos do Ateneu garante a suspensão da percepção e avaliação do arbitrário cultural que o determina. Deste modo, ao reconhecer que os valores que os rituais procuram inculcar são legítimos, estabelece-se um tipo particular de dominação simbólica no interior do colégio. Esta dominação permite que a ordem social se reproduza, naturalizando os

valores que a sustentam. Contudo, esta dominação é branda, pois implica um acordo entre as partes envolvidas nos rituais. A dominação simbólica no Ateneu só pode ser aceita à medida que coloca em jogo lucros simbólicos amplamente reconhecidos, como no caso dos méritos que os rituais destacam.

A operação dos rituais contribui na produção de um *habitus*. A participação dos alunos que têm, no romance, idade entre 11 e 17 anos, permite que a força do costume, do hábito, se estabeleça em suas vidas. Esta força os faz se familiarizarem pouco a pouco com rituais, por ventura, também exteriores ao internato. Como integrantes de colégio de elite, os alunos são fortemente inclinados a ocupar cargos de notoriedade pública na vida adulta, a discursar em público, a participar de cerimônias requintadas. Portanto, supõe-se que os internos tendem a ocupar posições sociais onde os ritos que os distinguem são comuns. Conseqüentemente, levando em conta os efeitos de qualquer atividade tornada costume, eles obtêm o lucro de lidar com estes eventos de maneira (emocionalmente) econômica, desembaraçada e segura.

Se, como analisamos, os ritos de instituição escolares comportam princípios disciplinares, é porque eles são inerentes a um regime educacional e político idealizado. Os ritos obtêm uma eficácia simbolicamente disciplinar à medida que, pelas vias do lúdico, do mágico, difundem valores morais e intelectuais adequados à disciplina. Portanto, provenientes do regime disciplinar, os ritos operam como meios de tornar este próprio regime interessante e sedutor (supõe-se que o regime só se apresenta como enfadonho àqueles que não creem nele). E se os ritos podem produzir também o temor, a tensão e a ansiedade, é porque a crença neles depositada está fundada de modo tão durável nos sentidos que podem mesmo se exprimir de forma visível no corpo: “A estréia do primeiro exame foi de fazer febre” em Sérgio. No Ateneu, os ritos assumem assim um caráter irrevogável por funcionarem como convites simbólicos à entrada e à participação no universo escolar. Conceder crença aos ritos escolares não significa apenas conceder crença à escola e a sua função transformadora e preparatória. Significa também conceder à escola a autoridade de instituir a diferença para daí disciplinar, dividir e selecionar os agentes. Ou, como também diria Foucault (2005), para produzir subjetividades.

Rerefências

ARIÈS, Philippe. **Historia social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BOURDIEU, Pierre. Sur le pouvoir symbolique. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 32e année, N. 3, 1977.

BOURDIEU, Pierre. Les rites comme actes d'institution. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 43, jun 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Ed. de Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Trad. Raquel Ramallete. 30 ed. Vozes: Petrópolis, 2005.

¹ Este artigo foi construído a partir de uma dissertação de mestrado em Educação desenvolvida pelo primeiro autor e orientada pelo segundo.

² O estado variável da posição dos internos que a leitura das notas suscita, pode tomar como exemplo, além de Sérgio, o estado da posição de Franco que ficava “casualmente em liberdade”, livre de penalizações, “por não ter havido leitura das notas”.